

# O MOVIMENTO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DO POVO QUILOMBOLA DE “POÇO DOS CAVALOS”, EM ITACURUBA/PE

## THE FIGHT AND RESISTANCE MOVEMENT OF THE QUILOMBOLA PEOPLE “POÇO DOS CAVALOS”, FROM ITACURUBA / PE

Edna Inês da Silva **1**  
Roberto Remígio Florêncio **2**  
Carlos Alberto Batista Santos **3**

**Resumo:** O presente trabalho descreve e analisa o processo de lutas e resistências do povo quilombola na comunidade Poço dos Cavalos, em Itacuruba, no sertão de Pernambuco. Buscando compreender, os movimentos de transformação e história da comunidade, com objetivo de mostrar os direitos específicos e diferenciados nos processos de organização sócio-política do grupo, a condição de mulher quilombola, assim como a luta pelo direito à educação dentro do território quilombola. Como embasamento teórico, utilizamos as referências dos anciãos e ancestrais para descrever a vivência quilombola, baseados em ideias decoloniais e nos estudos interculturais proporcionados pelo curso de Especialização em Educação Intercultural. Como metodologia, utilizamos a descrição analítica e a autobiografia. Como considerações finais, avaliamos o processo de luto da comunidade no enfrentamento das principais questões impostas à comunidade, como ausência de infraestrutura, carência de políticas públicas de atendimento à população e a luta pela implantação da escola quilombola.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola. Territorialidade. Autobiografia. Educação Intercultural.

**Abstract:** The present work describes and analyzes the process of struggles and resistance of the quilombola people in the Poço dos Cavalos community, in Itacuruba, in the backlands of Pernambuco. Seeking to understand, the movements of transformation and history of the community, with the objective of showing the specific and differentiated rights in the processes of socio-political organization of the group, the condition of quilombola woman, as well as the struggle for the right to education within the quilombola territory. As a theoretical basis, we used the references of the elders and ancestors to describe the quilombola experience, based on decolonial ideas and intercultural studies provided by the Specialization in Intercultural Education course. As a methodology, we use analytical description and autobiography. About of the final considerations, we evaluated the community's mourning process in facing the main issues imposed on the community, such as the lack of infrastructure, lack of public policies to serve the population and the struggle for the implementation of the quilombola school.

**Keywords:** Quilombola Community. Territoriality. Autobiography. Intercultural education.

Especialista em Educação Intercultural (IF Sertão Pernambuco/2020), Licenciatura em Letras pelo (Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco 2010). Professora Assistente da Escola Município Prefeito Manoel Maniçoba e Professora Alfabetizadora do Programa Paulo Freire. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7569111840141741>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5257-5859>. E-mail: [ines.ednasilva@gmail.com](mailto:ines.ednasilva@gmail.com)

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED/UFBA); Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB/2016); Licenciatura em Letras (UPE/1993) e Licenciatura Pedagogia (UNEB/2005) e em Geografia (UNICESUMAR/2019). Docente do IF Sertão de Pernambuco, campus Petrolina Zona Rural. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2827979747157274>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3590-9022>. E-mail: [roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br](mailto:roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br)

Biólogo/Etnobiólogo, Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE/2016). Docente da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental DTCS/UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa em Etnobiologia e Conservação dos Recursos Naturais (UNEB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0024544164324027>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2049-5237>. E-mail: [cabsantos@uneb.br](mailto:cabsantos@uneb.br)

## Introdução

Os territórios das comunidades remanescentes dos escravos brasileiros, denominados Territórios Quilombola, são a concretização das lutas dos povos afrodescendentes no país, fruto das várias e heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil-Colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica por parte do Estado. Embora continue presente, perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira, no espectro da colonização e na exploração do trabalho.

Marquese (2006) relembra que o sistema escravagista vigorou desde os primeiros anos da invasão portuguesa até 1888, e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres prisioneiros nativos do continente africano – embora haja discrepância entre as estimativas apresentadas. Além de ocupação secular por escravos refugiados, é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

Entende-se que as identidades dentro das comunidades quilombolas fazem parte de um processo histórico e de resistência do povo negro, como a criação dos primeiros quilombos; no entanto também é a constituição desse povo na atualidade, nas profissões que exercem hoje, na interação com as outras sociedades e culturas, permite-se assim a criação de novas etnias, ressignificando suas manifestações, contudo, mantendo os traços de sua cultura ancestral (ARRUTI, 1997; O'DWYER, 2002).

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais com uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção Nº 169, da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre Povos Indígenas e Tribais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garante às comunidades quilombolas o direito à propriedade de seus territórios no artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias:

[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado demitir-lhes títulos respectivos, reconhecendo também a importância dessas comunidades para o patrimônio cultural brasileiro, assegurando-lhes o pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 1988, p. 466).

No artigo 215, da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 44) diz ainda que o Estado deverá “proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. E, no artigo 216, estabelece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 46). Reduzindo assim, as desigualdades sociais e as discriminações raciais no nosso país.

Quando voltamos a nossa ancestralidade, nos fortificamos e nos unimos e dos poucos, continuamos, a luta. Pois o culto aos nossos ancestrais mantém viva a nossa identidade. A maioria das mulheres dedica-se apenas às atividades domésticas e muitas sobrevivem apenas do auxílio do Bolsa Família. Os homens vivem da agricultura de subsistência. Os mais velhos, nossos ancestrais, sempre acreditaram em dias melhores e, ao longo da história, buscam através de movimentos e lutas, mudar tal realidade. São muitas dificuldades, preconceitos e lutas para o reconhecimento da comunidade como Território Quilombola e muitas dessas conquistas se devem aos esforços conjuntos do povo.

Este artigo tem como objetivo comunicar o processo de luta da comunidade, no enfren-

tamento das principais demandas da comunidade, como ausência de infraestrutura, carência de políticas públicas de atendimento à população e a construção da escola quilombola.

## **Metodologia**

### **Local de estudo**

O Território Quilombola identificado como Comunidade Poço dos Cavalos está localizado na zona rural do município de Itacuruba, no sertão de Pernambuco, a aproximadamente 470 Km de Recife, na Mesorregião do São Francisco e Microrregião do Sertão de Itaparica. A comunidade vem de várias gerações e, como os demais quilombos, também foi marcada por discriminações e perseguições. Em consequência da construção da hidrelétrica de Itaparica, que inundou grande parte de nosso território, nos encontramos assim divididos: zona rural com 52 famílias e zona urbana 155 famílias. Dificultando bastante a situação socioeconômica, política e cultural da população.

### **Procedimentos Metodológicos**

Aqui, insiro-me como autobiografada, como quilombola, fazendo parte da comunidade desde 2004, juntamente com minha família, na condição de mulher, mãe e professora, formada em Letras em 2010, com atuação nas escolas municipais e estaduais de Itacuruba e com o objetivo de transmitir para minha comunidade tudo o que venho aprendendo em minha caminhada acadêmica. No presente momento, não estou lecionando, mas tenho um grande sonho, que é a construção de uma escola em nosso território quilombola.

O presente trabalho de pesquisa, em formato autobiográfico, tem como objetivo principal narrar um pouco da história desse povo, do qual faço parte e, como quilombola, percebo e evidencio a relevância de se trazer essa discussão dessa temática, anexando o saber comunitário e ancestral ao saber acadêmico e científico. Para a realização da pesquisa, elaborei um percurso metodológico baseado na Revisão Bibliográfica e na pesquisa empírica, quando me percebi partícipe dessa luta, por isso, defendo a autobiografia, pela minha vivência na comunidade, e pela produção literária local, especificamente o Cordel, como forma lúdica e efetiva que eu encontrei para contar a história do meu povo e enfatizar a luta pelo reconhecimento.

### **Vivência Quilombola**

A identidade de um indivíduo é formada através de muitos e fundamentais aspectos pessoais. Tudo que me tornei como pessoa, minha profissão, estado Civil, endereço, nome, diz quem eu sou. Não sendo apenas isso, ou unicamente aquilo que me tornei, origina-se também da luta como mulher quilombola, mãe, professora e atuante no movimento de luta pelo reconhecimento local.

Eu sou Edna Inês da Silva, mulher quilombola, nascida na cidade de Floresta - PE, sertão de Pernambuco no dia 08 de maio de 1984, filha de Maria do Socorro da Silva e criada por meus avós maternos Maria José da Silva e Alonso Jacinto da Silva na cidade do Belém do São Francisco-PE; outra metade da minha infância passei na cidade de Itacuruba-PE. Sendo segunda filha de cinco irmãos e, com muito esforço, fui a primeira a conseguir entrar no Ensino superior. Cursei Letras em uma faculdade particular, Centro de Ensino superior do Vale do São Francisco – CEVASF, pagava 50%, por ter conseguido uma bolsa da prefeitura de Belém do São Francisco. Graduei-me em 2010 e lecionei entre 2006 e 2018, na Escola Estadual Maria de Menezes Guimaraes e na Rede Municipal da cidade de Itacuruba, nos programas do governo estadual: Mais Alfabetização e Paulo Freire.

Minha trajetória no movimento quilombola reafirmou-se em 2004 a convite da coordenadora Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Conhecida popularmente como professora Valdeci, nascida na fazenda Poço dos Cavalos, em 1954, na velha Itacuruba, residindo na zona rural do município, essa importante liderança quilombola aprendeu a ler e escrever praticamente sozinha com 6 anos de idade, pois não tinha o apoio e nem incentivo dos pais para estudar.

Aos 8 anos, escrevia pequenas anotações para a comunidade. Com insistência conseguiu convencer os pais a deixá-la morar na zona urbana onde estudou as series iniciais de 1ª a 4ª serie como era chamado na época. Em seguida, 1967, se deslocou para Floresta para finalizar os estudos concluindo o curso do magistério 1975, tornando-se professora.

Grande conhecedora da história do nosso povo, esta mulher forte e determinada tomou a frente na organização e reconhecimento deles em 2004. Esse foi um processo de articulações, diálogos e busca do nosso povo, que devido às dificuldades no decorrer dos anos alguns se distanciaram buscando suas melhorias.

A estrutura que a gente tinha na época da velha cidade não existia, ainda não tinha grupos formais, como índio nem quilombola, a gente vivia assim de uma forma geral. Ninguém era reconhecido enquanto índio, ninguém era reconhecido enquanto quilombola, mas a gente tinha as nossas culturas, as nossas tradições. Embora não sendo reconhecido, mas, por exemplo, dançava-se o toré, mas o negro era quem dançava o toré, porque o que mais existia era o negro, e o negro dançavam toré. Por que o negro dançava? Porque a gente já tinha a origem, aquela mistura do índio com o quilombola. Meus avós, por exemplo, meus bisavós, por exemplo, alguns eram índios, outros quilombolas (NASCIMENTO, Valdeci Ana dos Santos, em entrevista com SILVA, Whodson – Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos, em 31 julho de 2018, p. 54).

Dessa forma, o processo de organização social da comunidade foi difícil, mas a cada dia nos fortalecemos na nossa caminhada, resignificando assim, nossos saberes, costumes, identidade e a nossa história, voltando a praticar nossa cultura ancestral, a exemplo do Toré. Nós, quilombolas de Poço dos Cavalos, procuramos conversar a respeito da nossa ancestralidade, levando para nossas crianças o conhecimento dos mais velhos que aprendemos e que estamos repassando para os mais jovens, para que de fato ela seja cultuada. Atualmente, estamos na luta pela regularização do nosso território pois através do nosso território regularizado e titulado que podemos exercer e cultuar com eficácia a nossa cultura a nossa identidade.

O quilombo Poço dos Cavalos está situado a 12 km da cidade de Itacuruba, possui água bruta para o consumo humano e não possui saneamento básico e água para beber vem da cisterna que é abastecida pelo carro pipa com água tratada da cidade. A energia é fornecida pela Celpe, mas precisa ser ampliada; apenas uma família possui internet por wifi, as demais utilizam celulares para se comunicar com os parentes; as casas em sua maioria são feitas de taipa, pois as famílias não têm condições de construir casas com tijolos. Nossa luta é pela construção de uma sede para o fortalecimento da associação. As atividades que fazemos são realizadas nas casas das pessoas, nas sombras das árvores ou debaixo de latadas que a comunidade improvisa

Enquanto comunidade tradicional quilombola, nós aqui vivemos e cultuamos a história da nossa ancestralidade. Os mais velhos se foram e nós aqui ficamos, vamos crescendo ao longo do tempo fazendo mudanças, inovando, porém, sem perder e nem alterar nossa identidade. Portanto estamos nos modernizando, conversando outras ideias com outros quilombos, outras realidades, trocando experiências, não copiando, mas nos enriquecendo.

### **Comunidade Poço dos Cavalos: História e Contexto**

Segundo os mais velhos, as principais referências de origem da comunidade são: Condição de alforriados e as ilhas do São Francisco, onde plantavam e pescavam para subsistência.

As comunidades do Poço dos Cavalos e de Ingazeira, assim como a de Negros do Gilu, lembram-se da ocupação na antiga

cidade de Itacuruba atrelada os trabalhos nas propriedades da Família Cantarelli, que exercera grande poder econômico e político da região por longos anos. Tanto poço dos cavalos quanto Ingazeira referem-se à descendência de negros alforriados que trabalhavam nos engenhos, fazendas e casos de farinha daquela região. A fazenda Fortaleza, da família dos Cantarelli, seria um lugar convergente do trabalho braçal de negros que estavam no Vale do São Francisco após um extenso período de sistema escravocrata (SILVA, 2013, p. 70).

Na fazenda Fortaleza, trabalhavam duas mulheres importantes para a história e a memória de Poço dos Cavalos: Maria Preá e Maria Preta, as matriarcas da família de Valdeci Ana, recentemente uma das lideranças da comunidade, tiveram respeitável papel nesse processo de manutenção da tradição. Das ilhas do Rio São Francisco, resultou uma forte relação dos Quilombolas com os povos indígenas da região, entre eles, estavam os Tuxá, de Petrolândia, e os Pankará, da Serra do Arapuá, em Carnaubeira da Penha, em Pernambuco, e na Ilha da Viúva, em Rodelas, Bahia. Além dos Pankararu do Brejo dos Padres, em Pernambucano, com os quais mantém relações sociais, religiosas e de parentesco.

Segundo relato dos mais antigos e de acordo com Silva (2019), o nome da comunidade faz menção a um poço que nunca secava e, por isso, os vaqueiros que transportavam boiadas para outros municípios tinham esses poços como um ponto de parada, onde os animais bebiam água, assim essa comunidade ficou conhecida como “Poço dos Cavalos”.

A territorialidade da comunidade de poço dos cavalos remete de “ponto de passagem”, seja quando se memora que o poço que daria o nome de comunidade era um lugar de parada dos viajantes que ali trabalhavam com seus gados, seja quando o grupo refere-se à dimensão da relação história com os indígenas que ali transitavam: os Tuxá, os Pankaru de Brejo dos Padres e, sobretudo, com os Pankará da Serra do Arapuá. A relação entre Poço dos Cavalos e Pankará desembocara em complexos éticos permeados por momentos de interação e também de conflitos (SILVA, 2019, p. 75).

Em entrevista, a liderança local, D. Valdeci Ana, relata que na velha cidade os quilombolas de poço dos cavalos estabeleceram relações de parentes, os “parentes do casal”, e também de amizades com os indígenas que moravam na Serra do Arapuá, que desciam para trabalhar nas ilhas existentes em Itacuruba antes da construção da usina hidrelétrica de Itaparica. “Vinhham nas festas de terreiro, no dia de dançar Toré, no dia da cura, de preparar e fazer receita, de consultar o povo através dos guias. Era Poço dos Cavalos junto com o pessoal da Serra do Arapuá”, segundo Valdeci, em entrevista (NASCIMENTO, Valdeci Ana dos Santos, em entrevista com SILVA, Whodson – Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos, em 31 julho de 2018).

A origem do Quilombo Poço dos Cavalos está fortemente marcada pela inundação de seu território tradicional por conta da construção da barragem de Itaparica, que em 1988 fez com que as famílias se separassem, já que foram reassentados em diferentes lugares, provocando muita tristeza e danos para todos nós. Apenas do seu território ter sido “levado pelas águas” a comunidade afirma que a memória, pelos saberes e pela história, é mantida pelos mais velhos e asseguram a identidade Quilombola de Poço dos Cavalos os fortalece como sujeitos políticos na luta pelos nossos direitos.

Hoje, a comunidade quilombola se organiza em quatro localidades que fazem parte do território: Coité, Riacho do Coroá, Lagoa Cercada e Poço dos Cavalos. A falta da posse definida do nosso território é um dos motivos da distância das famílias, sendo esta uma luta prioritária de nossa comunidade. O processo de regularização fundiária está em aberto desde 2010 no Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A Comunidade Quilombola foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em outubro de 2006, mas a Associação Quilombola Poço dos Cavalos havia sido fundada em 2004, por Valdeci Ana, uma das maiores lideranças comunitárias, que foi escolhida coordenadora pela própria comunidade. Segundo ela, a mesma teve a ideia de formar a Associação na comunidade e surgiu no mesmo momento que ela decidiu pesquisar sobre seus antepassados, nos motivando a nos reunir para dialogar sobre o movimento Quilombola e, juntos, preparamos a documentação e solicitação e registro de autorreconhecimento da comunidade.

A religiosidade é um dos elementos que visibilizam as estratégias de resistência Quilombolas ao longo do tempo (FLORÊNCIO; MARTINS, 2020), e nesse contexto que se misturam nossa cultura e a religião católica. Foram retomados os festejos de nossa Senhora da Saúde, padroeira da comunidade, que acontece no período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro. Também estamos tentando resgatar o São Gonçalo, dança que os mais velhos realizavam para pagar suas promessas (SANTOS; FLORÊNCIO, 2017), os rituais sagrados, como a Via Sacra, que é realizada no período da quaresma; a dança tradicional dessa região e as mais variadas brincadeiras antigas para as crianças. Ações que já realizamos com nossos próprios esforços, comemoração do dia das mães no 2º domingo de maio. São João da comunidade no mês de junho. Comemoração dia dos pais 2º domingo de agosto. Comemoração do dia das crianças 12 de outubro e a Semana da Consciência Negra 15 a 20 de novembro.

Assim como as demais comunidades Quilombolas presentes no município de Itacuruba, Poço dos Cavalos tem enfrentado graves problemas de invasão de suas terras por pessoas da região, não pertencentes ao grupo. É no enfrentamento dessas questões, além das consequências das invasões, vendas, desapropriações e indenização por conta do projeto da barragem de Itaparica, que a comunidade vai configurando a ocupação do seu atual território.

Dessa forma, a territorialidade, no Brasil, assume o caráter dos diversos grupos sociais formadores da identidade do país durante seu processo histórico e suas inter-relações específicas com os ecossistemas que ocupam além das relações sócias mantidas uns com os outros, transformando, assim, as parcelas do ambiente em seus territórios. O território, nesse sentido, decorre dos procedimentos de territorialidade de um grupo social, que envolvem, ao mesmo tempo, suas formas de dominação político-econômica e suas apropriações mais subjetivas e/ou simbólico-culturais (HAESBAERT, 2004, p. 176).

Como se não bastasse, o nosso território também vem sendo ameaçado mais uma vez por um novo empreendimento do Governo Federal relacionado à produção de energia: silenciosamente, traçaram estratégias para aprovação e construção de uma central nuclear, às margens do rio São Francisco. Ainda estamos nos recuperando do que aconteceu com a construção da barragem de Itaparica, tentando reafirmar nosso território, pois famílias foram separadas e afetadas econômica, social e psicologicamente. Não há aceitação total nem participação popular no que diz respeito às informações sobre a questão da construção dessa usina nuclear em nosso município, mas o nosso povo, junto a outros povos tradicionais em Itacuruba e região, vem realizando mobilização contra essa instalação.

Poço dos Cavalos vive uma situação de carência de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida e os moradores estão desanimados e desacreditados pelas promessas de agentes governamentais, que visitam a comunidade e fazem promessas que nunca são cumpridas. Porém, as lideranças tentam reanimar seu povo, para que continuem a luta em busca de melhorias e buscando novos parceiros que se sensibilizem pela causa dos povos mais sofridos e discriminados diante da sociedade.

Já foram encaminhadas algumas ações como: projeto de uma adutora pelo PROVAL (Pró-Val Comércio e Serviços Ltda.) – um programa do Governo do Estado de Pernambuco, vinculado à secretaria de Agricultura e reforma Agrária – para a criação de caprinos e ovinos,

mas, no momento, está tudo parado. Foram cadastradas 63 famílias para receberem casas pela Caixa Econômica, que também ainda não foram liberadas. Foi enviado para o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco um projeto hidroambiental sobre a conservação de viveiro de plantas nativas, o qual já foi aprovado pelo comitê. Atualmente, nós estamos aguardando a conclusão do referido projeto para, posteriormente, iniciarmos as atividades de produção, o que poderá melhorar a qualidade de trabalho e renda local, inclusive, garantindo às famílias, maior segurança alimentar.

Como as famílias são formadas, em sua maioria, por pessoas desempregadas, principalmente mulheres e jovens, outro sonho nosso é a realização de um projeto de incentivos a cultura artesanal, por exemplo, utilizando material da própria região. Mas para isso precisamos de parceiros. Solicitações são feitas aos governos e iniciativa privada, porém não são atendidas.

Mas, a maior luta a ser empreendida pela comunidade atualmente é da construção de uma escola em nosso território. Uma escola que proporcione uma educação específica, diferenciada e de qualidade, que seja instrumento de luta para o fortalecimento do povo com suas especificidades, fortalecendo os laços territoriais e ancestrais de forma intercultural, pois os discentes da comunidade sofrem uma maior exposição ao serem obrigados a se deslocar para a cidade. Esse desafio diário imposto aos estudantes se agrava por se afastarem do movimento de luta que deve ser incorporado à Educação Escolar Intercultural da escola quilombola a ser implantada e regida pela própria comunidade, no intuito maior de aprender na escola para ser aplicado na vida: além de aprender a ler e a contar, aprender a viver na comunidade através da valorização dos saberes locais como conhecimento que se aplique a nossa realidade e nos ajude a solucionar problemas do dia a dia.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (CNE, 2012, p. 42).

A formação específica é muito importante para a aplicação de matérias onde os alunos quilombolas saibam da sua origem, da sua história ancestral, e que valorizem e respeitem as diversidades. Aprendam na escola, na roça e com seus familiares. Os professores sejam devidamente capacitados porque isso também é de grande importância, pertencentes a comunidade, engajados na luta e pesquisadores da sua própria história.

A importância da inclusão do estudo da memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade e estética e do eterno desenvolvimento, produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural. A formação de professores/as devesse ainda desencadear o processo de inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico existente e produzido para docentes da Educação Básica nas suas diferentes etapas e modalidades (BRASIL, 2015, p. 4).

Um currículo elaborado elevado pela própria comunidade garantido conteúdo específicos e com interculturalidade. Porque quando discutimos e refletimos sobre especificidades é que podemos garantir que a nossa história, nossa organização, nosso modo de sermos, nossa ancestralidade se reflita nos nossos currículos. A escola ensina a ler a escrever e isso

é importante para vida, mas precisamos também aprender a nossa forma de viver no nosso lugar e isso ela não ensina. E então para que serve a escola? A escola é uma forma de fazer educação, criada por uma sociedade eurocêntrica a partir das exigências sócio históricas dessa mesma sociedade, para servir nos seus projetos de desenvolvimento. Esse modelo, que se pretende se único, de fazer educação chegou as comunidades indígenas e quilombolas, invadindo as formas próprias de fazer educação. É uma relação histórica de conflitos de poder, dominação e insubordinação. O desafio que está posto é a possibilidade de recriá-la.

O modelo de gestão em funcionamento deve ser de acordo com a organização do quilombo: uma escola que informe seus objetivos para os alunos e que seus pais tenham a participação do conselho escolar, o calendário de acordo com as datas comemorativas, Projeto Político Pedagógico e outros projetos e ações que julgamos importantes e fundamentais na educação. A merenda também é uma cultura dentro de um quilombo. É preciso conceber uma escola com infraestrutura apropriada para a preparação da merenda escolar específica para o quilombo. E o material didático escrito e ilustrado pelos próprios professores, em colaboração com os pesquisadores das áreas específicas.

A Legislação nos assegura o direito à participação nos movimentos de afirmação quilombola e a Escola Intercultural é uma política com esse direcionamento, baseado em Florêncio e Martins (2020). Na escola atual o ensino acontece, obedecendo a uma matriz curricular elaborada pelo Ministério da Educação que nem sempre é compatível com nossos anseios e com nossa realidade. É preciso incorporar a especificidades dos povos tradicionais, construir uma educação que se preocupe com a diversidade cultural das comunidades, que trabalhe a essência das diversas culturas nacionais: história, tradição, costumes, modo de ser, criar, agir e pensar. Nós, quilombolas, queremos um estudo diferenciado, próprio para nosso quilombo, baseado nos anseios da comunidade, uma escola local, mas consciente de sua responsabilidade social.

Outra grande expectativa da comunidade é ter o território regularizado, vivenciando com eficiência nossa cultura, lazer, esporte e um posto de saúde para uma boa qualidade de vida. Portanto, cabe ao poder público ter consciência de nossos direitos e cumpri-los. Que não sejamos submetidos a outras pessoas que não ajudem ou defendam nossas causas, que não reconhecem os quilombolas como remanescentes dos povos tradicionais brasileiros, incorporados à força ao território conquistado. Enquanto aguardamos esse reconhecimento social, lutamos para que sejamos livres para, sem discriminação, integrarmos-nos à sociedade como pessoas capazes de desenvolver qualquer ação.

Neste aspecto, mais uma vez, reafirmo a importância da implantação de uma escola dentro da comunidade de Poço dos Cavalos como elemento fundamental para a construção de práticas educativas que levem ao pensamento crítico, à descolonização do saber e ao fortalecimento das lutas dos povos excluídos. As formas de educação próprias de cada comunidade podem e devem contribuir na formação de políticas e práticas educacionais adequadas, capazes de atender os anseios, interesses e necessidades diárias dos grupos, tendo em vista que os conhecimentos tradicionais não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea. Pelo contrário, é preciso estabelecer um diálogo permanente entre eles; trata-se de transformar a escola eurocêntrica e excludente em um projeto pedagógico que busque respeitar e valorizar os saberes, modos de vida e relações socioculturais diferenciadas, que contribua na autonomia sociopolítica e econômica dessas comunidades, respeitando os tempos e espaços próprios dos grupos.

## **Considerações Finais**

A questão da terra tem sido o principal obstáculo para implementação de políticas públicas destinadas as comunidades remanescentes de quilombola e motivo de perpetuação dos históricos conflitos pela posse e uso da terra como é o caso da comunidade Poço dos Cavalos. A luta pela terra, portanto, passa a ser o nosso principal motivo de embates com a sociedade local: posseiros e governos. Mas é o maior legado dos nossos ancestrais. O direito à terra é essencial para os quilombolas e, ainda, o maior desafio a ser conquistando. O território nos-

so, preservando nossa cultura deixada pelos nossos antepassados, é o reconhecimento como quilombola.

Entendemos que somos comunidade e temos direitos, entre eles está a educação escolar própria dos quilombolas, que deve ser passada de nosso jeito, como instrumento de luta e valorização da nossa identidade étnica, dos nossos saberes ancestrais e de nossa história verdadeira. Mas, como instrumento de desenvolvimento humanístico, buscando a melhoria da qualidade de vida para o povo quilombola.

Este trabalho é de grande importância para minha vida, enquanto pertencente ao povo quilombola Poço dos Cavalos e para a minha formação como estudante do Curso de Especialização em Educação Intercultural: indígenas e quilombolas. Acredito que seja de extrema relevância social para a comunidade quilombola a qual pertencço e de interesse científico regional, pois busca caracterizar uma comunidade quilombola, que luta pelo seu reconhecimento sociocultural em uma sociedade ainda marcada pelo patriarcado, pelo colonialismo e, principalmente, pelo racismo.

Foi importante resgatar a minha origem e com isso abordar importantes questões quilombolas. Permitiu a mim um maior conhecimento e compreensão do meu papel sociopolítico enquanto mulher, quilombola e professora, permitindo-me desenvolver um trabalho satisfatório ao escrever sobre minha comunidade Poço dos Cavalos. É de grande importância que saber das nossas raízes, pois somente através da consciência crítica, embasada pelo conhecimento, é possível lutar contra a discriminação social e racial.

## Referências

ARRUTI, J. M. A. **A emergência dos “remanescentes”**: Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_quilombola.pdf](http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf). Acesso em: 28 mar. 2020.

CCLF - CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. **Sertão quilombola**: a formação dos quilombos no sertão de Pernambuco. Olinda: CCLF, 2012.

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas**. Brasília, MPF, 2018. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/02\\_18\\_manual\\_de\\_atuacao\\_quilombolas.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/02_18_manual_de_atuacao_quilombolas.pdf). Acesso em: 28 mar. 2020.

FLORÊNCIO, R. R.; MARTINS, A. G. S. **Aquilombolar-se**: exemplo de ressignificação identitária a partir da Associação de Nova Jatobá, em Curaçá-BA. Revista Humanidades e Inovação – UNITINS, vol. 42, nº 2, 2020.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004b. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCIA\\_rOGERIO\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCIA_rOGERIO_HAESBAERT.pdf). Acesso em: 17 fev. 2020.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Resiliência Quilombola**. Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTOS, C. A. B.; FLORÊNCIO, R. R. **Manifestações religiosas no Semiárido Nordeste**: estudos sobre o hibridismo cultural e a territorialidade no submédio São Francisco. Revista Caribeña de Ciencias Sociales. Vol. 05, maio de 2017.

SILVA, W. **O conto das quatro mil almas**: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/41921093/O\\_conto\\_das\\_quatro\\_mil\\_almas\\_uma\\_etnografia\\_do\\_confronto\\_de\\_Ind%C3%ADgenas\\_e\\_Quilombolas\\_com\\_a\\_Central\\_Nuclear\\_do\\_Nordeste\\_em\\_Itacuruba](https://www.academia.edu/41921093/O_conto_das_quatro_mil_almas_uma_etnografia_do_confronto_de_Ind%C3%ADgenas_e_Quilombolas_com_a_Central_Nuclear_do_Nordeste_em_Itacuruba).

SILVA, W. **Entrevista com Valdeci Ana dos Santos**, em 31 de julho de 2018 na sua residência no município de Itacuruba. Material de pesquisa do autor (Circulação restrita).

Recebido em 19 de agosto de 2020.

Aceito em 09 de outubro de 2020.